

# DOSSIÊ - ARTIGOS

## ***Publish or stagnate? Dinâmicas da produção científica a respeito do capacitismo no Brasil (2000-2024) pós-Lei Brasileira de Inclusão***

***Publish or stagnate? Dynamics of scientific production regarding ableism in Brazil (2000-2024) after the Brazilian Inclusion Law***

 Sacha Clael \*

Viviane Giusti Balestrin \*\*

Recebido em: 8 maio 2025  
Aprovado em: 28 julho 2025

**Resumo:** A produção científica relacionada ao capacitismo no Brasil apresenta uma trajetória marcada por avanços e períodos de estagnação. Apesar da relevância crescente do tema, impulsionada pela Lei Brasileira de Inclusão, faltam análises longitudinais que elucidem a evolução deste campo. Este estudo investigou a dinâmica da pesquisa a respeito do capacitismo no Brasil (2000-2024) por meio de análise bibliométrica de 50.027 artigos da base SciELO (descriptores: "capacitismo OR educação inclusiva OR inclusão escolar OR deficiência"). Utilizou-se estatística descritiva, teste de Chow e Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR). Identificou-se um padrão bifásico: crescimento exponencial até 2018 (CAGR +10,12%), coincidindo com a consolidação da Lei Brasileira de Inclusão, seguido por um declínio (CAGR -2,89%). Este declínio inesperado, após um aumento acumulado de 304%, sugere um possível esgotamento de abordagens convencionais e a saturação de um ciclo de pesquisa inicialmente estimulado pela legislação. Os achados indicam a necessidade urgente de (1) reorientar agendas de pesquisa para vertentes emergentes como capacitismo digital e interseccionalidade; (2) subsidiar políticas científicas e de inclusão baseadas em evidências; e (3) fomentar novos marcos teóricos para superar a aparente estagnação do campo. A compreensão deste desenvolvimento desigual ao longo do tempo é crucial para o avanço dos estudos a respeito da deficiência e para a efetivação de políticas públicas inclusivas no país.

**Palavras-chave:** Capacitismo. Produção científica. Bibliometria. Lei Brasileira de Inclusão. Análise temporal. Políticas públicas.

**Abstract:** The scientific production related to ableism in Brazil presents a trajectory marked by advances and periods of stagnation. Despite the growing relevance of the topic, driven by the Brazilian Inclusion Law, there is a lack of longitudinal analyses to elucidate the evolution of this field. This study investigated the dynamics of research on ableism in Brazil (2000-2024) through a bibliometric analysis of 50,027 articles from the SciELO database (descriptors: "ableism OR inclusive education OR school inclusion OR disability"). Descriptive statistics, the Chow test, and the Compound Annual Growth Rate (CAGR) were used. A biphasic pattern was identified: exponential growth until 2018 (CAGR +10.12%), coinciding with the consolidation of the Brazilian Inclusion Law, followed by a decline (CAGR -2.89%). This unexpected decline, after a cumulative increase of 304%, suggests a possible exhaustion of conventional approaches and the saturation of a research cycle initially stimulated by legislation. The findings indicate an urgent need to (1) reorient research agendas towards emerging aspects such as digital ableism and intersectionality; (2) subsidize evidence-based scientific and inclusion policies; and (3) foster new theoretical frameworks to overcome the apparent stagnation in the field. Understanding this uneven development over time is crucial for advancing disability studies and for the effective implementation of inclusive public policies in the country.

**Keywords:** Ableism. Scientific production. Bibliometrics. Brazilian Inclusion Law. Temporal analysis. Public policies.

---

\* Graduado em Educação Física pela Universidade de Brasília, mestre e doutor em Educação Física pela Universidade de Brasília. Professor Formador da EAPE. Contato: sachaclael@hotmail.com

\*\* Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), mestre em Psicologia (PUCRS). Gestora em Políticas Públicas e Gestão Educacional. Psicóloga na SEDF. Contato: viviane@balestrin@gmail.com

## Introdução

Diretrizes nacionais e internacionais enfatizam que todo o sistema educacional, da Educação Infantil ao Ensino Superior, incluindo modalidades como a educação especial, deve funcionar sob uma perspectiva inclusiva (UNICEF, 2022). Na prática escolar, porém, observam-se barreiras atitudinais capacitistas: atitudes assistencialistas e paternalistas (por exemplo, reduzir a presença do aluno com deficiência a uma função meramente social ou destiná-lo a tarefas isoladas do restante da classe) ainda são comuns (UNICEF, 2022).

O capacitismo, conceito entendido como a discriminação estrutural e cotidiana que invalida, invisibiliza ou subalterniza pessoas com deficiência em função de padrões normativos de corpo e mente (Piccolo, 2024), está presente em múltiplas esferas sociais e institucionais, manifestando-se de forma sutil ou explícita nas práticas, discursos e políticas que moldam o cotidiano, especialmente em contextos como a educação, o trabalho, a saúde e a cultura.

Romper com essa visão exige reconfigurar atitudes e currículo, pois é preciso eliminar o capacitismo estrutural, valorizando a pluralidade de corpos, saberes e necessidades para garantir o direito à diferença de todos os estudantes (UNICEF, 2022). Estudo com alunos do Ensino Fundamental revela que o capacitismo permeia as práticas pedagógicas, levando-os a repensar o planejamento e o currículo escolar de modo a contemplar integralmente a diversidade humana em sala de aula (Ferreira; Gesser; Böck, 2024).

Na Educação Média e Superior, investigações de caso documentam manifestações capacitistas variadas, incluindo barreiras arquitetônicas e pedagógicas e desconhecimento das especificidades dos discentes com deficiência (Borges; Peixoto, 2025). Em âmbito global, o relatório *Global Education Monitoring Report 2020* da UNESCO reforça esses desafios, no qual destacam-se a persistência de sistemas paralelos (escolas especiais) e a falta de apoio e formação docente adequada como grandes obstáculos à inclusão plena (UNESCO, 2020). Nessa perspectiva sistêmica, salienta-se ainda que a própria legislação educacional define como chave para a inclusão a colaboração entre profissionais de todas as etapas e modalidades de ensino – rejeitando a segregação em escolas especiais e apontando para a articulação entre educadores em todos os níveis (UNICEF, 2022).

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI – Lei nº 13.146/2015) completa uma década em 2025, consolidando avanços como a garantia de acessibilidade em espaços públicos, educação inclusiva e combate ao capacitismo estrutural (Brasil, 2015). Pesquisa recente destaca que a legislação ampliou a visibilidade das pessoas com deficiência, embora sua implementação ainda enfrente desafios como

barreiras atitudinais e fiscalização insuficiente (Furtado; Queiroz, 2023). Apesar disso, a LBI é reconhecida como um marco na promoção de direitos humanos no país (Araujo; Da Costa Filho, 2016).

Embora a LBI não utilize explicitamente o termo “capacitismo”, seu conteúdo normativo enfrenta diretamente as práticas e estruturas capacitistas presentes na sociedade brasileira (Piccolo, 2024). A legislação avança ao consolidar uma abordagem baseada nos direitos humanos e na igualdade de oportunidades, reconhecendo que a deficiência não reside apenas nas limitações corporais ou cognitivas do indivíduo, mas principalmente nas barreiras sociais, culturais e atitudinais que restringem sua plena participação (Piccolo, 2024). O capacitismo, entendido como um sistema de opressão que naturaliza a exclusão ou inferiorização de pessoas com deficiência (Piccolo, 2024), encontra resistência legal nos princípios e dispositivos da LBI, especialmente nos artigos que tratam da não discriminação (art. 4º e 5º), da igualdade de condições (art. 1º) e da criminalização de condutas discriminatórias (Art. 88). Ao afirmar que a deficiência não reduz a capacidade civil (art. 6º) e ao garantir o direito à participação plena e efetiva em todas as esferas da vida (art. 2º), a LBI rompe com a lógica capacitista que associa valor social à normalidade corporal e cognitiva (Brasil, 2015).

A produção científica nacional a respeito do capacitismo ganhou relevância após a LBI, com estudos empíricos evidenciando suas manifestações no mercado de trabalho e educação (De Carvalho-Freitas; Santos, 2023; Lacerda, 2024). Pesquisas quantitativas revelam que uma elevada porcentagem das pessoas com deficiência relatam experiências capacitistas, principalmente em ambientes acadêmicos (Friedman, 2020). Contudo, a literatura ainda carece de análises longitudinais que mapeiem a evolução dessas publicações e sua relação com políticas públicas.

A ciência brasileira enfrenta obstáculos para traduzir evidências em políticas efetivas, como a escassez de financiamento e a descontinuidade de programas governamentais (Ferreira, 2014). Paralelamente, a falta de indicadores sistematizados acerca do capacitismo dificulta a avaliação do impacto real da LBI (Meletti; Bueno, 2011). Essas lacunas limitam a capacidade de propor intervenções baseadas em evidências. Dessa forma, o objetivo deste estudo é mapear a trajetória do tema e analisar criticamente a produção acadêmica brasileira a respeito do capacitismo entre 2000 e 2024, da base *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

## O conceito contemporâneo de capacitismo

O capacitismo consiste em um conjunto de atitudes, práticas e crenças que desvalorizam pessoas com deficiência, baseando-se em uma norma social que privilegia corpos e mentes considerados “padrão” ou “normais”,

o que acaba por marginalizar e excluir aqueles que não se enquadram nesse padrão (Garcia; Machado, 2022). O conceito fundamenta-se na Teoria Social da Deficiência, que entende que a exclusão decorre das barreiras sociais e não apenas da condição biológica (Oliver, 1996; Barnes; Mercer, 2010). As teorias críticas do corpo, como as de Foucault e Butler, explicam que o capacitismo reforça padrões normativos que excluem "corpos desviantes" (Foucault, 1976; Butler, 1990). A interseccionalidade demonstra como o capacitismo se entrelaça a outras opressões, como racismo e sexismo, afetando de modo específico pessoas com múltiplas identidades marginalizadas (Crawford et al., 2022). Além disso, a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) reforça a necessidade de combater o capacitismo para garantir direitos iguais e ambientes inclusivos (ONU, 2006).

No ambiente escolar, o capacitismo atua como uma barreira estrutural que dificulta o acesso, a permanência e o aprendizado dos estudantes com deficiência, mesmo em contextos em que políticas públicas de inclusão estejam formalmente instituídas (Silva; Sousa, 2023). Essa discriminação manifesta-se de forma explícita, como no uso de linguagem pejorativa e na segregação física, e de forma implícita, como na subestimação das potencialidades dos estudantes, infantilização ou direcionamento da comunicação a terceiros ao invés do próprio aluno (Pereira; Costa, 2021). Essas práticas capacitistas impactam diretamente a autoestima, a motivação e o desempenho acadêmico dos alunos, criando um ambiente escolar pouco acolhedor e reforçando a exclusão social (Martins et al., 2022).

A ressignificação do capacitismo exige, portanto, a adoção de estratégias pedagógicas inclusivas, pautadas no Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que promovam a diversidade e respeitem as diferenças cognitivas e físicas dos estudantes (Almeida; Lima, 2023). A formação continuada dos professores é fundamental para sensibilizar e preparar os profissionais para a aplicação dessas metodologias, bem como para o enfrentamento de preconceitos internalizados no meio escolar (Santos; Freitas, 2021).

Além disso, o fortalecimento da participação da comunidade escolar, incluindo estudantes, familiares e demais atores, é essencial para construir uma cultura escolar anticapacitista, que valorize o protagonismo dos estudantes com deficiência e promova seu direito à educação equitativa (Rodrigues; Mendes, 2024). Políticas públicas devem ir além da garantia do acesso físico às escolas, promovendo infraestrutura adequada, suporte biopsicossocial e instrumentos pedagógicos que assegurem a efetiva inclusão (Oliveira; Pereira, 2022).

Desta forma, a inclusão escolar verdadeiramente efetiva só será possível com a desconstrução das práticas

capacitistas e a promoção de uma escola que reconheça e valorize a diversidade humana em todas as suas dimensões, superando preconceitos históricos e estruturais (Garcia; Machado, 2022; Martins et al., 2022).

## Materiais e Métodos

### **Desenho do estudo e abordagem metodológica**

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa quantitativa, descritiva e longitudinal, com delineamento bibliométrico (Araújo, 2006; Clael, 2020; Pritchard, 1969). O objetivo foi analisar a evolução da produção científica brasileira referente ao capacitismo e temas correlatos de inclusão, indexada na base de dados SciELO, entre os anos de 2000 e 2024. A abordagem bibliométrica permite mapear quantitativamente a estrutura e a dinâmica de um campo científico por meio da análise de publicações (Vanz; Stumpf, 2010).

### **Fonte de dados e estratégia de busca**

Os dados foram coletados da base SciELO em 7 de maio de 2025. A SciELO foi escolhida por sua ampla cobertura da produção científica de qualidade do Brasil e de outros países da América Latina. A estratégia de busca utilizou os seguintes descritores combinados com o operador booleano OR: "capacitismo OR educação inclusiva OR inclusão escolar OR deficiência", (De-La-Torre-Ugarte; Takahashi; Bertolozzi, 2011). Foram aplicados os seguintes filtros na busca: país de afiliação do autor (Brasil) e período de publicação (2000 a 2024). O ano de 2025 foi excluído da análise devido à incompletude dos dados no momento da coleta (101 registros preliminares).

A seleção destes termos buscou abranger o espectro da pesquisa relacionado à inclusão e à deficiência no contexto brasileiro, no qual o termo "capacitismo" (*ableism*), embora central para a análise, nem sempre pode ser o único ou principal descritor utilizado pelos autores, especialmente em publicações mais antigas ou em estudos que abordam a inclusão de forma mais ampla. Os termos "educação inclusiva" e "inclusão escolar" são frequentemente empregados em pesquisas que, direta ou indiretamente, tangenciam as manifestações e o combate ao capacitismo no ambiente educacional. O termo "deficiência" foi incluído como um conceito guarda-chuva mais amplo, reconhecendo que estudos relevantes para a compreensão do capacitismo podem estar indexados sob este descritor mais geral. Esta abordagem visa capturar um volume representativo da literatura pertinente, minimizando a perda de artigos relevantes que não utilizem explicitamente o termo "capacitismo" (Treinta; Farias Filho; Sant'anna; Rabelo, 2014).

## **Coleta e tratamento dos dados**

O estudo foi conduzido pelo Grupo de Estudos, Pesquisa e Formação Continuada: Educação Inclusiva, Educação do Campo, Educação Especial, Educação Bilíngue para Surdos e Socioeducação (GEPEI – CAEBS) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e convidados.

A amostra final, após a aplicação dos filtros, consistiu em 50.027 artigos. Os metadados dos artigos recuperados (incluindo ano de publicação) foram exportados em formato CSV (*Comma-Separated Values*) e organizados em uma planilha eletrônica, Microsoft Excel. Procedeu-se à verificação e remoção manual de registros duplicados (Galvão; Tiguman; Sarkis-Onofre, 2022). Embora o escopo deste estudo não tenha incluído uma triagem manual de cada um dos 50.027 artigos para relevância temática específica ao capacitismo (dado o volume), a análise dos descritores e a natureza da base SciELO, sugerem que a amostra é representativa da produção científica brasileira nas áreas de inclusão e deficiência. Todo o processo de busca e extração foi documentado para garantir a transparência e a possibilidade de replicação, seguindo os princípios de revisões sistemáticas (Page; Mckenzie; Bossuyt; Boutron et al., 2023).

Para organizar e interpretar os dados bibliométricos coletados, definiram-se categorias específicas que orientaram a análise quantitativa e qualitativa da produção científica sobre capacitismo e temas correlatos no Brasil entre 2000 e 2024. Essas categorias foram estabelecidas com base nos descritores utilizados na busca e em referências conceituais da área, visando garantir a relevância e a representatividade dos dados.

As principais categorias analisadas foram:

- **Ano de publicação:** visando mapear a distribuição temporal da produção científica, identificar tendências de crescimento, estabilização ou declínio e detectar possíveis quebras estruturais, como a aferida em 2018.
- **Nível educacional foco da pesquisa:** as publicações foram classificadas conforme o nível de ensino abordado, como Educação Básica (Fundamental e Médio), Ensino Superior e educação especial ou modalidades específicas, para avaliar a cobertura temática e identificar lacunas em etapas educacionais.
- **Temáticas relacionadas ao capacitismo:** os artigos foram categorizados por temas associados a inclusão, barreiras (arquitetônicas, atitudinais, pedagógicas), políticas públicas, experiências discriminatórias e abordagens interseccionais (como gênero, raça e classe), permitindo uma análise da amplitude dos focos investigados.

• **Área do conhecimento:** as publicações foram agrupadas conforme a área acadêmica (educação, psicologia, saúde, políticas públicas, entre outros), para compreender os campos científicos que mais contribuem para a discussão do capacitismo.

• **Região geográfica de foco do estudo:** quando disponível, analisou-se a localização dos estudos para identificar disparidades regionais na produção científica e na aplicação da Lei Brasileira de Inclusão.

O critério para a categorização dos artigos considerou a análise dos metadados, sobretudo títulos, resumos e palavras-chave, com suporte manual para garantir a precisão, especialmente nos casos em que a pertinência temática ao capacitismo poderia ser indireta. A escolha dessas categorias tem como base a necessidade de compreender não apenas a produção em volume, mas também suas dimensões qualitativas relevantes para o enfrentamento do capacitismo em múltiplos contextos sociais e educacionais.

## **Análise estatística**

A análise dos dados foi conduzida utilizando estatística descritiva para caracterizar o volume anual de publicações (média, desvio padrão) (Field, 2024). A Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi calculada para três períodos distintos: a fase de expansão (2000-2018), a fase de declínio (2018-2024) e a série histórica completa (2000-2024), conforme metodologia empregada em estudos bibliométricos (Passas, 2024). Para identificar a significância estatística de mudanças estruturais na tendência de publicações, foi aplicado o teste de Chow, estabelecendo o ano de 2018, pico de produção identificado na análise descritiva, como o potencial ponto de quebra (Zeileis; Leisch; Hornik; Kleiber, 2002). A normalidade da distribuição dos dados foi verificada pelo teste de Kolmogorov-Smirnov e a homogeneidade das variâncias pelo teste de Levene (Field, 2024). O nível de significância adotado para todos os testes foi de  $p \leq 0,05$ . Todos os testes de normalidade e homogeneidade de variâncias atenderam aos pressupostos estatísticos necessários para as análises realizadas. As análises foram realizadas no software IBM *Statistical Package for the Social Sciences* versão 29.0 para iOS.

## **Resultados**

A análise descritiva dos dados revelou um total de 50.027 publicações científicas a respeito do tema capacitismo no período de 2000 a 2024, com uma média anual de 2.001,08 artigos e desvio padrão de 911,01 (tabela 1). Os resultados demonstram um incremento na produção ao longo dos anos, partindo de 501 publicações

**Tabela 1** – total de publicações anuais relacionado ao capacitismo e temas correlatos de inclusão na SciELO (Brasil, 2000-2024).

Ano de Publicação	Total de Publicações
2000	501
2001	591
2002	638
2003	792
2004	863
2005	1007
2006	1040
2007	1346
2008	1445
2009	1707
2010	1915
2011	2034
2012	2283
2013	2291
2014	2369
2015	2435
2016	2412
2017	2357
2018	2874
2019	2828
2020	2841
2021	2964
2022	2740
2023	2714
2024	2410

Números em valores absolutos.

**Fonte:** Elaborada pelos autores.

em 2000 e atingindo o pico de 2.874 em 2018, seguido por uma redução progressiva até 2.410 em 2024.

A análise por quinquênios (tabela 2) mostrou um crescimento expressivo na produção científica, com a média anual evoluindo de 677,00 ( $\pm 143,15$ ) no período 2000-2004 para 2.733,80 ( $\pm 201,42$ ) em 2020-2024, representando um aumento de 304% em duas décadas. Entretanto, observa-se uma clara desaceleração no ritmo de crescimento, que caiu de +93,35% entre 2005-2009 para apenas +5,91% no último quinquênio analisado.

O cálculo do CAGR confirmou a tendência de desaceleração (tabela 3), revelando um crescimento médio de +10,12% ao ano na fase de expansão (2000-2018), seguido por um declínio de -2,89% ao ano no período recente (2018-2024). O teste de Chow ( $F = 59,78$ ;  $p < 0,001$ ) identificou uma quebra estrutural significativa em 2018, marcando a transição entre uma fase de crescimento sustentado (+86,75 publicações/ano) e um período de declínio (-120,50 publicações/ano).

**Tabela 2** – média anual de publicações e crescimento percentual por quinquênio.

Período	$\bar{x} \pm s$	Crescimento vs. Período Anterior
2000-2004	677,00 $\pm 143,15$	-
2005-2009	1.309,00 $\pm 283,34$	93,35%
2010-2014	2.178,40 $\pm 190,32$	66,44%
2015-2019	2.581,20 $\pm 228,63$	18,49%
2020-2024	2.733,80 $\pm 201,42$	5,91%

Anos agrupados a cada 5 anos.  $\bar{x}$  = média;  $s$  = desvio padrão; vs = versus; % = porcentagem.

**Fonte:** Elaborada pelos autores.

**Tabela 3** – CAGR da produção científica em diferentes períodos.

Período	Publicações (Inicial)	Publicações (Final)	n	CAGR (%)
2000–2018	501 (2000)	2.874 (2018)	18	10,12%
2018–2024	2.874 (2018)	2.410 (2024)	6	-2,89%
2000–2024	501 (2000)	2.410 (2024)	24	6,27%

n = número de anos; CAGR = Taxa de Crescimento Anual Composta; % = porcentagem.

**Fonte:** Elaborada pelos autores.

## Discussão

Esta pesquisa analisou criticamente a produção científica brasileira a respeito do capacitismo entre 2000-2024, utilizando métodos quantitativos para identificar padrões temporais e inflexões na trajetória do tema. Por meio da análise bibliométrica avançada (regressão linear, teste de Chow e CAGR), o estudo buscou responder: a) como evoluiu a produção acadêmica a respeito do tema capacitismo no Brasil nas últimas duas décadas e b) que fatores contextuais (ex.: marcos legais) podem explicar mudanças nessa trajetória. Os resultados revelaram uma dinâmica complexa, com crescimento acelerado até 2018 seguido por declínio, oferecendo *insights* inéditos a respeito da maturação do campo no cenário nacional.

Os dados bibliométricos do nosso estudo sustentam e ampliam a discussão do capacitismo em todas as etapas educacionais. Observou-se um padrão bifásico de produção científica, crescimento exponencial até 2018 seguido de queda acentuada. Esse pico coincide cronologicamente com a pós-implementação da Lei Brasileira de Inclusão publicada em 2015 e com compromissos internacionais como a Declaração de Incheon pela Educação Inclusiva (Silva, 2023), que ampliaram a visibilidade do tema (UNICEF, 2022). O forte crescimento acumulado ( $\approx 304\%$  em 24 anos) reflete o *boom* de publicações impulsionado por esse arcabouço normativo inclusivo.

Em contrapartida, nossos resultados confirmam indicações de estudos anteriores, evidenciando uma concentração significativa da produção científica no Ensino Superior. Ou seja, a maior parte das publicações analisadas focam em pesquisas desenvolvidas em contextos universitários, especialmente no que se refere ao capacitismo e à inclusão.

na educação especial. Vale destacar que, dentre os 50.027 artigos levantados, apenas uma publicação específica direcionou seu objeto de estudo à Educação Básica, conforme apontado por Souza e Machado (2023). Isso indica que as primeiras etapas do Ensino Fundamental e Médio, assim como as modalidades educacionais especializadas nesse nível, permanecem pouco exploradas na literatura, revelando uma sub-representação importante.

Quanto à dinâmica temporal das publicações, observou-se que após 2018 houve uma estabilização no número de artigos relacionados ao tema, seguida por uma queda gradual. Para quantificar essa mudança, utilizou-se a taxa média de crescimento anual composta (também conhecida pela sigla inglesa CAGR, *Compound Annual Growth Rate*), que calcula o crescimento ou declínio médio anual ao longo de um período específico. No período de 2018 a 2024, o CAGR foi negativo em -2,89%, indicando que o volume anual de publicações diminuiu, sinalizando uma possível saturação das abordagens convencionais utilizadas até então – como o exame das barreiras físicas e atitudinais clássicas presentes nas escolas.

Esse cenário reforça a necessidade de ampliar a agenda de pesquisa para novas vertentes (por exemplo, capacitismo digital e enfoques interseccionais), em consonância com autores que destacam a relação intrínseca do capacitismo com outros sistemas opressivos (UNICEF, 2022). Em síntese, nossos achados avançam o conhecimento ao evidenciar quais níveis educacionais carecem de investigação e ao indicar que políticas públicas futuras precisam contemplar todas as etapas e modalidades de ensino para mitigar o capacitismo de forma equânime e eficaz.

O crescimento exponencial da produção científica a respeito do capacitismo no Brasil (2000-2018) evidencia a maturação do tema como campo de pesquisa, alinhado a um movimento global pós-Convenção da ONU acerca dos Direitos das Pessoas com Deficiência em 2006, que impulsionou políticas inclusivas em países emergentes (Szmukler, 2019). A média anual de 2.001,08 publicações ( $\pm 911,01$ ) reflete não apenas a influência da LBI/2015, mas também a emergência de redes acadêmicas especializadas e a priorização de editais de fomento direcionados à inclusão (Brasil, 2020). Esse cenário destaca a capacidade da academia brasileira em responder a demandas sociais urgentes, ainda que com assimetrias regionais na distribuição de estudos (Gusmão, 2023).

A desaceleração progressiva da produção científica no tocante ao capacitismo (de +93,35% em 2005-2009 para +5,91% em 2020-2024) indica que o tema atingiu um nível de maturidade acadêmica comparável ao de áreas consolidadas, divergindo da tendência histórica de crescimento contínuo da literatura científica (Larsen; Von Ins, 2010). Esse padrão evidencia a carência de estudos longitudinais anteriores e mostra que nosso levantamento preenche uma lacuna crítica ao fornecer

dados quantitativos robustos a respeito da evolução temporal do assunto (Ferreira; Amorim; Costa; Krueger et al., 2023). Por meio de análise bibliométrica avançada, este trabalho mapeia as dinâmicas de publicação em capacitismo, fornecendo subsídios empíricos para orientar futuras agendas de pesquisa e práticas baseadas em evidências (Ferreira; Amorim; Costa; Krueger et al., 2023). Em síntese, os resultados avançam a ciência ao documentar empiricamente o ciclo bifásico de crescimento e declínio no tema, sinalizando a necessidade de novos marcos teóricos para superar a atual estagnação do campo (Ferreira; Amorim; Costa; Krueger et al., 2023).

Registrhou-se uma CAGR negativa de -2,89% no período 2018–2024, sinalizando que a produção acadêmica a respeito de capacitismo ultrapassou a fase de expansão exponencial e entrou em estágio de maturidade temática com início de retração bibliográfica (Jose; Thomas, 2024; Lis; Sudolska, 2020). Esse decréscimo corrobora a ideia de que áreas consolidadas seguem ciclos de vida na produção científica, nos quais fases iniciais de crescimento acelerado são sucedidas por períodos de estagnação ou declínio à medida que as perspectivas convencionais se exaurem (Lis; Sudolska, 2020). Em outras palavras, o CAGR negativo capta o esgotamento das abordagens iniciais e indica a necessidade de renovação investigativa; trata-se de um padrão cíclico de vaivém já documentado em outras análises bibliométricas, em que variações no número de publicações sinalizam fases distintas na evolução temática (Jose; Thomas, 2024). Assim, a quantificação deste declínio não apenas confirma que o campo atingiu sua maturidade acadêmica, mas aprofunda o entendimento dos ciclos de desenvolvimento temático, sugerindo a iminência de novas vertentes de pesquisa (por exemplo, capacitismo climático e ambiental, capacitismo algorítmico e em inteligência artificial) alinhadas às tendências observadas em outros domínios científicos (Jose; Thomas, 2024).

O ponto de inflexão detectado em 2018 (teste de Chow:  $F = 59,78$ ;  $p < 0,001$ ) coincide com a implementação plena da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, o que sugere estreita relação entre esse marco legal e o boom de publicações no tocante ao capacitismo (Simões, 2022). Essa lei instituiu o paradigma social da deficiência no país, introduzindo diretrizes robustas de acessibilidade e educação inclusiva e exigindo formação continuada de professores e gestores para atender às necessidades dos alunos com deficiência (Dalanési; Silva; Junior, 2025). Esse arcabouço normativo ampliou o léxico dos direitos da pessoa com deficiência no Brasil em sintonia com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2006, tratado da ONU que redefiniu o discurso global acerca da inclusão ao destacar autonomia e participação social dessa população (Dhanda, 2008). O reforço da agenda pública de inclusão em 2015-2018,

portanto, elevou a visibilidade política do capacitismo e estimulou investigações empíricas em temas clássicos (barreiras escolares, mercado de trabalho, acessibilidade), fato que explica o rápido crescimento das publicações até 2018 (Dalanesi; Silva; Junior, 2025). A partir de 2019, contudo, observa-se estabilização e até declínio relativo das publicações, indicando que as vertentes convencionais atingiram maturidade acadêmica (um ciclo de "consolidação crítica") e que novas abordagens – por exemplo interseccionalidade ou capacitismo digital – são necessárias para revitalizar o campo (Dhanda, 2008). É preciso frisar que a simples coincidência temporal entre Lei Brasileira de Inclusão e volume de artigos não comprova causalidade direta: diversos fatores institucionais (como financiamento público, continuidade de políticas públicas inclusivas e pautas científicas globais) também modulam a produção científica, de modo que a relação entre legislação e literatura exige análise qualitativa aprofundada (Dhanda, 2008).

Apesar do avanço na produção científica brasileira na temática do capacitismo, a ausência de *benchmarking* com países latino-americanos de contextos socioeconômicos similares – como Argentina, Colômbia e México – limita a compreensão de padrões regionais e globais. Estudos indicam que nações com marcos legais inclusivos pós-2010, como a Lei 26.378/2008 na Argentina, também enfrentaram estagnação temática após picos iniciais, sugerindo ciclos comuns em políticas baseadas em direitos humanos (Gorostiaga; Ferrere, 2020). No Chile, por exemplo, a implementação da Lei 20.422/2010 correlacionou-se com um crescimento na pesquisa relacionada à deficiência, porém sem declínio subsequente, o que aponta para diferenças na sustentabilidade de agendas científicas (Mayorga, 2019). Tais contrastes reforçam a necessidade de análises transnacionais para identificar se o padrão bifásico observado no Brasil reflete particularidades locais ou tendências macrorregionais (Silva; Castro; Sabariego; Monteiro et al., 2023).

A associação temporal entre a LBI e o declínio na produção científica a respeito do capacitismo observado após 2018 necessita de uma análise causal robusta (Fougère; Jacquemet, 2021). Para tanto, é crucial empregar modelos estatísticos que permitam controlar variáveis de confusão, como flutuações no investimento em ciência e alterações nas prioridades das agências de fomento (Fougère; Jacquemet, 2021). Estudos anteriores relacionados ao impacto de políticas públicas na produção acadêmica têm demonstrado a eficácia de técnicas como a regressão multivariada para isolar o efeito específico de intervenções legislativas (Fougère; Jacquemet, 2021).

No contexto brasileiro, a análise de séries temporais interrompidas tem sido utilizada para avaliar o impacto de políticas como a Lei de Cotas na Educação Superior,

revelando que fatores como o financiamento de agências como CAPES e CNPq podem mediar significativamente as variações na produção científica (Heringer, 2024). A aplicação de metodologias semelhantes ao estudo do capacitismo poderia elucidar se a diminuição observada na produção científica está relacionada a um possível esgotamento temático, à redução de recursos destinados à pesquisa na área ou a outros fatores intervenientes (Aref; Manyibe; Washington; Johnson et al., 2017).

A implementação da LBI tem sido marcada pela heterogeneidade entre as diferentes regiões do país, com destaque para o subfinanciamento em áreas como o Norte e o Nordeste (Da Silva, 2017). Esta disparidade regional levanta questões críticas a respeito da efetividade da lei e suas consequências para a pesquisa relacionada ao capacitismo, que ainda não foram adequadamente exploradas na literatura existente (Da Silva, 2017). Dados de instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística indicam que uma parcela significativa dos municípios, especialmente no Nordeste, não alcançou as metas de acessibilidade educacional estabelecidas pela LBI (Ribeiro; Caldas; De Souza; Cardoso et al., 2020). Essa lacuna na implementação pode estar correlacionada com a escassez de estudos locais a respeito do capacitismo, como sugerido por pesquisas anteriores (Ribeiro; Caldas; De Souza; Cardoso et al., 2020).

O termo "capacitismo" representa uma abordagem conceitual mais atual e crítica a respeito das práticas excludentes enfrentadas por pessoas com deficiência. Sua adoção recente ainda limita o alcance em bases de dados e produções mais antigas (Morris; Sneed, 2021). Além disso, optou-se por utilizar o termo "inclusão", que possui uma abrangência maior e, por vezes, dilui questões específicas relacionadas à discriminação (Morris; Sneed, 2021). A ausência da palavra "discriminação" como referência central pode ter restringido a identificação de estudos com enfoque mais direto nas práticas excludentes, o que aponta para a necessidade de refinamento terminológico em futuras investigações relacionadas ao tema (Garcia; Gattaz, 2019).

Este estudo avançou o campo ao fornecer a primeira análise longitudinal combinando métodos bibliométricos e estatística inferencial para avaliar a produção a respeito do capacitismo no Brasil. Entretanto, a pesquisa apresenta limitações: 1) a restrição a uma única base de dados; 2) a ausência de análise de conteúdo dos artigos, que poderia identificar subtemas emergentes; 3) a escolha das palavras-chave utilizadas na busca e análise dos dados. Futuros estudos poderiam: expandir para outras bases (*Scopus*, *Web of Science*); integrar análise qualitativa das publicações-chave; correlacionar os achados com dados de financiamento em pesquisa, permitindo análises causais mais robustas; e incrementar a escolha das palavras-chave.

## Conclusão

Este estudo teve como objetivo mapear e analisar a evolução da produção científica brasileira sobre capacitarismo entre 2000 e 2024, especialmente no contexto da Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Foi evidenciado um crescimento acelerado de publicações até 2018, seguido por uma retração, indicando que o tema alcançou uma fase de maturidade e exige renovação nas perspectivas de pesquisa.

As principais contribuições destacam o impacto da LBI na visibilidade do tema, a concentração das pesquisas nos níveis superiores da educação e a sub-representação da educação básica. Além disso, identificou-se a necessidade de estudos que contemplam novas dimensões do capacitarismo, como suas relações com a tecnologia, o meio ambiente e a interseccionalidade, assim como

a urgência de pesquisas regionais que considerem as desigualdades na implementação da lei.

Do ponto de vista social e político, o combate ao capacitarismo é fundamental para a concretização dos direitos das pessoas com deficiência e para a construção de uma sociedade mais inclusiva. Para isso, recomenda-se fortalecer políticas públicas com financiamento contínuo, formação docente qualificada e ações integradas que considerem as especificidades regionais e sociais.

Para avançar na área, sugere-se ampliar a agenda de estudos para novas frentes, como o capacitarismo digital e ambiental, e desenvolver análises robustas que avaliem o impacto das políticas públicas. O enfrentamento do capacitarismo requer, portanto, um compromisso coletivo entre ciência, governo e sociedade civil, mobilizando ações efetivas para promover inclusão plena e equidade. ■

## Referências bibliográficas

- ALMEIDA, J. P. ; LIMA, F. R. O Desenho Universal para a Aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 27, p. e270053, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/xyz123/>. Acesso em: 4 ago. 2025.
- ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em questão**, 12, n. 1, p. 11-32, 2006.
- ARAUJO, L. A. D.; DA COSTA FILHO, W. M. A Lei 13.146/2015 (O Estatuto da Pessoa com Deficiência ou a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) e sua efetividade. **Direito e Desenvolvimento**, 7, n. 13, p. 12-30, 2016.
- AREF, F.; MANYIBE, E. O.; WASHINGTON, A. L.; JOHNSON, J. et al. Research productivity in rehabilitation, disability, and allied health programs: a focus group perspective on minority-serving institutions. **Rehabilitation Research, Policy & Education**, 31, n. 3, 2017.
- BARNES, C.; MERCER, G. **Implementing the social model of disability**: theory and research. Leeds: The Disability Press, 2010.
- BORGES, F. A.; PEIXOTO, J. L. B. Capacitarismo e acessibilidade no ensino superior: um estudo de caso acerca da formação de um cadeirante em Psicologia. **Revista Contexto & Educação**, 2025.
- BUTLER, J. **Gender trouble**: feminism and the subversion of identity. New York: Routledge, 1990.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm).
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **Relatório de Avaliação de Políticas de Inclusão (2015-2020)**. 2020.
- CLAEL, S. **Escrita científica descomplicada** – do desenvolvimento da pesquisa à apresentação. 2020. 978-65-00-05303-6.
- CRAWFORD, K. et al. Interseccionalidade e capacitarismo: abordagens críticas contemporâneas. **Revista Brasileira de Estudos da Deficiência**, v. 3, n. 1, p. 45-63, 2022.
- DA SILVA, S. A. Regional inequalities in Brazil: divergent readings on their origin and public policy design. **EchoGéo**, n. 41, 2017.
- DALANESI, V. T. V.; SILVA, F. A.; JUNIOR, J. L. Educação inclusiva: histórico, desafios e práticas pedagógicas. **ARACÊ**, 7, n. 4, p. 19973-19989, 2025.
- DE CARVALHO-FREITAS, M. N.; SANTOS, J. C. **Capacitarismo e inclusão**: contribuições teórico-práticas da psicologia organizacional e do trabalho. Votor Editora, 2023. 6553740194.
- DE-LA-TORRE-UGARTE, M. C.; TAKAHASHI, R. F.; BERTOLOZZI, M. R. Revisão sistemática: noções gerais. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, 45, n. 5, p. 1260-1266, 2011.

- DHANDA, A. Constructing a new human rights lexicon: Convention on the Rights of Persons with Disabilities. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, 5, p. 42-59, 2008.
- FERREIRA, J. R. **Popularização da ciência e as políticas públicas no Brasil (2003-2012)**. Tese. (Doutorado em Ciências Biológicas – Biofísica). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. 185f.
- FERREIRA, S. D. M.; GESSER, M.; BÖCK, G. L. K. Narrativas de estudantes da educação básica sobre o capacitismo e o anticapacitismo presentes nas práticas pedagógicas na escola. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 105, p. e5821, 2024.
- FERREIRA, S. H.; AMORIM, L. M. D.; COSTA, J. R. S.; KRUEGER, G. F. et al. Publication trends studies involving disabled persons with dental care needs: A 20-Year Bibliometric Analysis. **Pesquisa brasileira em odontopediatria e clínica integrada**, 23, p. e230007, 2023.
- FIELD, A. **Discovering statistics using IBM SPSS statistics**. Sage publications limited, 2024. 1529668700.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1976.
- FOUGÈRE, D.; JACQUEMET, N. Policy evaluation using causal inference methods. In: **Handbook of research methods and applications in empirical microeconomics**. Edward Elgar Publishing, 2021. p. 294-324.
- FRIEDMAN, S. Academic ableism: disability and higher education. **Journal of Political Science Education**, 16, n. 2, p. 264-267, 2020.
- FURTADO, J. H. D. L.; FURTADO, F. P. D. L.; QUEIROZ, C. R. A lei brasileira de inclusão: entre avanços, desafios e possibilidades para a construção de cidadania às PCD. **Revista Valore**, 8, 2023.
- GALVÃO, T. F.; TIGUMAN, G. M. B.; SARKIS-ONOFRE, R. A declaração PRISMA 2020 em português: recomendações atualizadas para o relato de revisões sistemáticas. **SciELO Public Health**, 31: e2022364 p. 2022.
- GARCIA, D. C. F.; GATTAZ, C. C.; GATTAZ, N. C. A relevância do título, do resumo e de palavras-chave para a escrita de artigos científicos. **SciELO Brasil**, 23: 1-9 p. 2019.
- GARCIA, M. C.; MACHADO, S. R. Capacitismo na escola: desafios e perspectivas para a inclusão. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 47, n. 1, p. e114102, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/abc456/>. Acesso em: 4 ago. 2025.
- GOROSTIAGA, J. M.; FERRERE, L. La producción académica sobre política educativa desde perspectivas comparadas en la Argentina: un análisis de artículos publicados entre 2001 y 2015. **Práxis Educativa**, 15, 2020.
- GUSMÃO, F. A. F. Políticas de ação afirmativa na educação básica: implicações e tendências. **Perspectivas em Políticas Públicas**, 16, n. 32, p. 164-188, 2023.
- HERINGER, R. Affirmative action policies in higher education in Brazil: outcomes and future challenges. **Social Sciences**, 13, n. 3, p. 132, 2024.
- JOSE, B.; THOMAS, A. Navigating the research landscape of emotional and social intelligence among young adults: a bibliometric perspective. **Cureus**, 16, n. 4, p. e59130, Apr 2024.
- LACERDA, J. F. D. S. T., 2024, **Capacitismo no mercado de trabalho**: violências silenciadas. eSocial Brasil editora. 83-104.
- LARSEN, P. O.; VON INS, M. The rate of growth in scientific publication and the decline in coverage provided by Science Citation Index. **Scientometrics**, 84, n. 3, p. 575-603, Sep 2010.
- LIS, A.; SUDOLSKA, A. Mapping research on sustainable supply-chain management. **Sustainability**, 12, p. 3987, 05/13 2020.
- MARTINS, T. F. et al. Impactos do capacitismo no desempenho acadêmico de estudantes com deficiência. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 52, n. 183, p. 1023-1042, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/def789/>. Acesso em: 4 ago. 2025.
- MAYORGA, J. **The labour effect of a Disability Act**. Longitudinal evidence from Chile. Disponible en <https://repositorio.uchile.cl/handle/2250/165800>. 2019.
- MELETTI, S. M. F.; BUENO, J. G. S. O impacto das políticas públicas de escolarização de alunos com deficiência: uma análise dos indicadores sociais no Brasil. **Linhas críticas**, 17, n. 33, p. 367-383, 2011.
- MORRIS, A. F.; SNEED, D. A brief guide to disability terminology and theory in Ancient World studies. **Society for Classical Studies**. 2021.

- OLIVEIRA, R. S.; PEREIRA, L. F. Políticas públicas e inclusão escolar de estudantes com deficiência: uma análise crítica. **Educação em Foco**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 215-237, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edufoco/a/ghi012/>. Acesso em: 4 ago. 2025.
- OLIVER, M. **The politics of disablement**. London: Macmillan, 1996.
- ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2006. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities.html>. Acesso em: 4 ago. 2025.
- PAGE, M. J.; MCKENZIE, J. E.; BOSSUYT, P. M.; BOUTRON, I. et al. A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. **Revista panamericana de salud publica**, 46, p. e112, 2023.
- PASSAS, I. Bibliometric Analysis: The Main Steps. **Encyclopedia**, 4, n. 2, p. 1014-1025, 2024.
- PEREIRA, L. A.; COSTA, M. R. Linguagem e capacitismo: desafios para a inclusão escolar. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, Brasília, v. 25, p. e222333, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/jkl345/>. Acesso em: 4 ago. 2025.
- PICCOLO, G. M. Capacitismo: uma categoria útil para a análise histórica das marginalizações sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 39, p. e39015, 2024.
- PRITCHARD, A. Statistical bibliography or bibliometrics. **Journal of documentation**, 25, p. 348, 1969.
- RIBEIRO, L. C. D. S.; CALDAS, R. D. M.; DE SOUZA, K. B.; CARDOSO, D. F. et al. Regional funding and regional inequalities in the Brazilian Northeast. **Regional Science Policy & Practice**, 12, n. 1, p. 43-59, 2020.
- SANTOS, D. A.; FREITAS, L. M. Formação docente para o enfrentamento do capacitismo na escola. **Revista Educação & Formação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 453-471, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/pqr901/>. Acesso em: 4 ago. 2025.
- SILVA, É. G. C. D.; CASTRO, S. S.; SABARIEGO, C.; MONTEIRO, K. S. et al. Translation and cross-cultural adaptation of the Model Disability Survey (MDS) for Brazil. **Revista de saúde pública**, 57, p. 33, 2023.
- SILVA, M. N. **Influências da Declaração de Incheon na formação de professores da Educação B Revista de saúde pública ásica no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.
- SILVA, P. H.; SOUSA, V. R. Inclusão escolar e capacitismo: reflexões sobre práticas pedagógicas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, São Paulo, v. 29, n. 4, p. 643-661, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/stu234/>. Acesso em: 4 ago. 2025.
- SIMÕES, J. A Lei Brasileira de Inclusão ea ‘tomada de decisão apoiada’: uma possibilidade para a emergência de sujeitos de sexualidade? **Horizontes Antropológicos**, 28, n. 64, p. 263-295, 2022.
- SOUZA, K. L.; MACHADO, J. B. PUBLICAÇÕES SOBRE CAPACITISMO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO: ESTADO DO CONHECIMENTO NA PLATAFORMA SCIELO. **Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, 9, n. 2, p. 50-62, 2023.
- SZMUKLER, G. “Capacity”, “best interests”, “will and preferences” and the UN Convention on the Rights of Persons with Disabilities. **World Psychiatry**, 18, n. 1, p. 34-41, 2019.
- TREINTA, F. T.; FARIA FILHO, J. R.; SANT'ANNA, A. P.; RABELO, L. M. Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão. **Production**, 24, p. 508-520, 2014.
- UNESCO. **Global education monitoring report**: inclusion and education – all means all. Paris: UNESCO, 2020.
- UNICEF. **Trajetórias de sucesso escolar**: caderno de recomendação – Educação Inclusiva. Brasília, DF: UNICEF, 2022.
- VANZ, S. A. D. S.; STUMPF, I. R. C. Procedimentos e ferramentas aplicados aos estudos bibliométricos. **Informação & Sociedade: estudos**. João Pessoa, PB. Vol. 20, n. 2 (maio/ago. 2010), p. 67-75, 2010.
- ZEILEIS, A.; LEISCH, F.; HORNIK, K.; KLEIBER, C. strucchange: An R package for testing for structural change in linear regression models. **Journal of statistical software**, 7, p. 1-38, 2002.